

ANPT promove 27º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho na Bahia

Foto: Ascom/ANPT



Entre os dias 22 e 25 de outubro, cerca de 500 pessoas participaram do evento, que foi realizado em Trancoso (BA). O ENPT propicia estreitamento dos laços entre membros do MPT e de outras instituições e entidades parceiras.

► **Página 28**

Empossado novo procurador-geral do Trabalho

Eleição ocorreu dia 06 de agosto e o subprocurador-geral do Trabalho Ronaldo Curado Fleury foi escolhido pelos membros do MPT, com 434 votos, para comandar a instituição pelos próximos dois anos. A solenidade de posse foi realizada no final de setembro com a presença da ANPT.

► **Página 03**



Foto: Ascom/PGT

PEC 18

ANPT articula pela rejeição da proposta

Página 10

PGR

Rodrigo Janot é reconduzido ao cargo

Página 19



ANPT esteve presente na posse

Empossado novo ministro do STJ

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 30 de setembro, da posse do desembargador federal Marcelo Navarro Ribeiro Dantas no cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Dantas ocupa a vaga aberta com a aposentadoria do ministro Ari Pargendler. O novo ministro passa a compor a Quinta Turma e a Terceira Seção, colegiados que analisam questões de direito penal.

Agências Reguladoras no Brasil

O procurador do Trabalho Marco Antonio Ribeiro Tura, associado da ANPT, é o organizador do livro “Agências Reguladoras no Brasil”. A obra é uma coletânea de trabalhos apresentados e debatidos durante o Simpósio Nacional sobre Agências Reguladoras, no campus do bairro paulistano de Higienópolis da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

O livro é composto de dez capítulos. As análises vão do sentido da regulação, passam pela autonomia das agências reguladoras e pelo encontro, nem sempre cordial, entre os órgãos reguladores e concorrenciais, além de um municipalismo regulatório, e culminam com a atuação das agências nos setores financeiro, energético e sanitário segundo os princípios democráticos e republicanos.

Ordem do Mérito Dom Bosco



Foto: Ascom/ANPT

Procurador-chefe durante o recebimento da medalha

O procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região (PRT-10), Alessandro Santos de Miranda, foi agraciado, dia 31 de agosto, com a medalha da Ordem do Mérito Dom Bosco, no grau Grande Oficial, concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10). O vice-presidente da ANPT, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participou da solenidade, ao lado de diversos outros membros do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Recursos de natureza extraordinária no TST

O subprocurador-geral do Trabalho Ricardo José Macedo de Britto Pereira lançou, em Brasília, dia 27 de outubro, o livro intitulado “Recursos de Natureza Extraordinária no TST – Recurso de Revista e Embargos por Divergência”, publicado pela Editora Juspodium. “A obra resultou da experiência na CRJ, onde atuei por aproximadamente sete anos, quando tive a oportunidade de trocar várias ideias e informações com os colegas nas capacitações realizadas em todo o País”, afirma Britto Pereira.

No livro, o autor examina as recentes alterações da Lei 13.015/2014 e as repercussões do novo CPC, bem como as questões relacionadas à admissibilidade e ao mérito desses recursos. A obra, de maneira ampla e densa, precisa e didática, aborda as questões atuais, relevantes e complexas com as quais têm de lidar os julgadores, advogados, membros do Ministério Público do Trabalho, doutrinadores e estudiosos em geral: a acentuada e inexorável constitucionalização do Direito Processual e as inovações do novo Código de Processo Civil e da nova sistemática recursal trabalhista prevista na Lei nº 13.015/2014.

EXPEDIENTE Diretoria ANPT - Biênio 2014/2016

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
Presidente

Ângelo Fabiano Farias da Costa
Vice-Presidente

Marcelo Adriano da Silva
Secretário-Geral

Ana Cláudia Rodrigues B. Monteiro
Diretora Financeira

Rafael Garcia Rodrigues
Diretor de Relações Institucionais

Ericka Rodrigues Duarte
Diretora de Assuntos Jurídicos

Helder Santos Amorim
Diretor de Assuntos Legislativos

Alice Nair Feiber Sonogo Borner
Diretora de Assuntos Sociais e de Eventos

Heleny Ferreira de A. Schittine
Diretora de Comunicação

Márcia Bacher Medeiros
Diretora

Jeibson dos Santos Justiniano
Diretor

Celeste Maria Ramos M. Medeiros
Diretora

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima e Gustavo Rocha, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão. Tiragem: 1700 exemplares; **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, Site: www.anpt.org.br, Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. “S”, Salas 1103 a 1108, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

ANPT participa da posse de Ronaldo Fleury como procurador-geral do Trabalho

Foi realizada, dia 29 de setembro, a solenidade de posse do novo procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury. O evento aconteceu no auditório da Procuradoria Geral da República, em Brasília, e contou com a presença do presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, do vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, além de diversos outros membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) e dos demais ramos do Ministério Público, diretores da Associação, servidores da instituição, parlamentares, ministros, entre outras centenas de pessoas.

Durante a cerimônia, o presidente da ANPT ressaltou que a posse do novo procurador-geral do Trabalho, para os membros do MPT, tem uma dupla faceta. A primeira no sentido de que não há – e, de acordo com ele, nem pode haver – nenhuma ruptura entre o que será feito a partir de agora com o trabalho que já se vem realizando na instituição ao longo de sua história e dos gestores que se sucederam ao longo do tempo. “A segunda faceta, evidentemente, é de expectativa com novas opiniões, ideias e experiências que são trazidas para a instituição. A ANPT, como legítima representante dos membros do MPT no país inteiro, coaduna-se com todo esse contexto”, disse.

O procurador falou, ainda, sobre a relevância do trabalho desenvolvido pelo ex-procurador-geral do Trabalho Luís Camargo ao longo do período em que esteve à frente da instituição. Lembrou, inclusive, que as posições da ANPT e do MPT, em alguns momentos, não coincidiram, mas nunca restou inviabilizado o diálogo. Nesse sentido, ele citou alguns dos trabalhos desenvolvidos por Camargo durante o mandato, com destaque para o MPT Digital, o inquérito civil eletrônico e a viabilização do desenvolvimento de potencialidades e talentos dos membros da instituição, permitindo que saíssem do plano meramente abstrato.



Azevedo Lima comentou também sobre a questão da expectativa gerada pela renovação na gestão institucional, o que se dá corriqueiramente, como expressão do próprio regime democrático. “E a expectativa não poderia ser maior, senhor procurador-geral, tendo em vista toda a história de Vossa Excelência ao longo de mais de duas décadas no MPT, exercendo as mais variadas atribuições, o que demonstra, sem sombra de dúvidas, que a instituição está muito bem representada”, disse.

O novo procurador-geral do Trabalho, por sua vez, ressaltou em seu discurso os pilares da gestão 2015-2017, que será marcada por ações de revitalização, transparência e criatividade. “Só será possível administrar bem se houver democracia, trabalho coordenado em equipe, oxigenação e transparência. Re-

vitalização, transparência e criatividade serão as palavras de ordem”, afirmou.

Ele lembrou ainda o papel do Ministério Público como instituição dinâmica, com capacidade criadora. “Permanecer atado a velhas e desgastadas formas engessam o nosso atuar. Repensar e incrementar os instrumentos de atuação é indispensável”. Fleury reforçou, ainda, a necessidade de se adotar outra forma de gestão administrativa e institucional, com a participação efetiva do colégio de procuradores. “A impessoalidade e a incondicional priorização da nossa atuação finalística serão os vetores. Assim também a busca pelo adequado dimensionamento de nossa força de trabalho e de nossa estrutura para que possamos atender de forma mais eficiente as demandas da sociedade brasileira”, disse. **■**



Procuradores-chefes do MPT são empossados em Brasília

Tomaram posse, dia 01 de outubro, os 24 procuradores-chefes das Procuradorias Regionais do Trabalho (PRTs) de todo o Brasil. O evento aconteceu no auditório do Ministério Público do Trabalho (MPT), em Brasília, e contou com a presença do presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e do vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa.

Durante a solenidade, o presidente da ANPT ressaltou que a posse conjunta dos procuradores-chefes do MPT é um momento muito simbólico para os membros da instituição. “Parabenizo, em nome da ANPT, cada um de vocês, não só pela posse no dia de hoje, mas, principalmente, pelo exercício desse relevante cargo que certamente contribuirá para a história de suas respectivas Regionais e, por conseguinte, de toda a instituição”, disse.

O procurador lembrou, ainda, que cada procurador que assumiu o cargo passa a assumir a chefia das PRTs levando em consideração o que foi decidido nos respectivos colegiados e isso, de acordo



Procuradores-chefes das 24 Regionais do MPT tomaram posse

Foto: Ascom/ANPT

com ele, traz uma legitimidade ainda maior e um inequívoco respaldo trazido pela decisão democrática que foi tomada em conjunto pelos membros das Regionais. “Isso é inquestionavelmente relevante e até imprescindível em razão da indiscutível legitimidade que Vossas Excelências têm para ocupar o cargo”, lembrou.

REUNIÕES

No dia anterior, o presidente da ANPT participou também da reunião de procuradores-chefes do MPT, na qual

foram reunidos os novos gestores e os que concluem seus mandatos. Na ocasião, Azevedo Lima reiterou a parceria constante entre a entidade e o MPT em diversos aspectos e falou do reconhecimento pelo trabalho executado nas Regionais, em todo o Brasil.

O vice-presidente da Associação também esteve no dia anterior em reunião com o procurador-geral do Trabalho, procuradores-chefes e coordenadores e vice-coordenadores nacionais das coordenadorias temáticas do MPT, ocasião em que diversos temas de interesse da categoria foram tratados. **N**

Diretoria da ANPT reúne-se com nova administração do MPT

Estabelecer estratégias de atuação conjunta em temas convergentes, em especial no âmbito do Congresso Nacional, este foi tema de reunião realizada dia 1º de setembro entre o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, o vice-presidente e a diretora financeira da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa e Ana Cláudia Bandeira Monteiro, respectivamente, com o procurador-geral do Trabalho (PGT), Ronaldo Fleury, a vice-procuradora-geral Trabalho, Cristina Brasiliano, e o chefe de gabinete do PGT, Sebastião Caixeta. Durante o encontro, o grupo debateu diversos temas de interesse direto dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), os quais já foram objeto de requerimentos administrativos apresentados pela ANPT à chefia institucional.

Entre os assuntos debatidos ao longo da reunião estavam também o pagamento da gratificação decorrente do exercício cumulativo de ofícios; o pagamento das ajudas de custo decorrentes de remoções pretéritas dos membros, ocorridas ao longo de vários anos e ainda não pagas. Tratou-se, ainda, da desnecessidade, conforme defendido pela ANPT, de ressarcimento de verbas recebidas

de boa-fé pelos membros a partir do reconhecimento, pela administração, de débitos alusivos a diárias pagas em desconformidade com a legislação que rege a matéria; o pagamento de proventos integrais aos membros aposentados por invalidez, em especial no que diz respeito ao período anterior ao advento da Emenda Constitucional n. 70, entre diversas outras questões. **N**



Reunião aconteceu poucos dias após a posse formal do procurador-geral do Trabalho

Foto: Ascom/ANPT

Empossados novos corregedor-geral e ouvidora do MPT com a presença da ANPT

Foi empossado, dia 21 de setembro, no cargo de corregedor-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT), o subprocurador-geral do Trabalho Maurício Correia de Mello. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade, que marcou, também, a recondução da subprocuradora-geral do Trabalho Heloísa Maria Moraes Rego Pires ao cargo de ouvidora do MPT.

Em sua manifestação, o presidente da ANPT destacou a relevância do ato não apenas em razão da excelente relação interpessoal que, segundo destacou, tem com os empossandos nem tampouco em decorrência da importância dos cargos que ora assumem. “Na realidade, a relevância desta solenidade se dá em razão de



Posse aconteceu no gabinete do procurador-geral do Trabalho

Foto: Ascom/ANPT

tudo isso somado ao histórico profissional dos empossandos, que é por todos conhecido, o que já nos faz antever a excelência do trabalho que seguramente desempenharão à frente da Corregedoria-Geral e

da Ouvidoria do MPT, como sempre o fizeram, aliás, ao longo de suas respectivas e exitosas trajetórias profissionais”, disse, fazendo também considerações pontuais sobre as carreiras de ambos. **N**

Novos conselheiros do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho são empossados

Os novos conselheiros do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT) foram empossados dia 03 de setembro. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou de toda a sessão, na qual ocorreu, também, a eleição do vice-presidente do CSMPT, de novos membros para a Câmara de Coordenação e Revisão (CCR), para a Ouvidoria, assim como a formação da lista tríplice para a Corregedoria do MPT.

Tomaram posse como novos conselheiros do CSMPT os subprocuradores-gerais do Trabalho Jeferson Luiz Pereira Coelho, Gustavo Ernani Dantas, Manoel Jorge e Silva Neto, Ricardo José Macedo de Brito Pereira e Rogério Rodriguez Fernandez, este último ocupando a vaga surgida a partir da renúncia do conselheiro Maurício Correia de Melo, que, por sua vez, passou a integrar a lista tríplice para o cargo de corregedor-geral do MPT, cargo no qual foi empossado dias depois. Integraram também a lista para o cargo de corregedor os subprocuradores-gerais José Alves Pereira Filho e Lucinéa Alves Ocampos.

Assumiu o cargo de vice-presidente do Conselho o subprocurador-geral do Trabalho Jeferson Luiz Pereira Coelho. A conselheira Sandra Lia Simon foi eleita conselheira secretária do CSMPT. Já para a CCR foram



Sessão marcou também a posse dos novos conselheiros

Foto: Ascom/PGT

escolhidos a subprocuradora-geral do Trabalho Andrea Isa Ripoli e os procuradores regionais do Trabalho Abial Franco Santos e Luercy Lino Lopes. Foram os escolhidos, ainda, os membros da Comissão Permanente de Regimento Interno do CSMPT: os Conselheiros Rogério Rodriguez Fernandez Filho (presidente), Sandra Lia Simón (membro) e Ricardo José Macedo de Brito Pereira (membro).

No que diz respeito à Ouvidoria do MPT, a subprocuradora-geral do Trabalho Heloísa Maria Moraes Rego Pires foi reconduzida. Como ouvidora substituta ficou a subprocuradora-geral Vera Regina Della Pozza Reis.

Audiência pública debate registro sindical

O Ministério Público do Trabalho (MPT) promoveu, dia 17 de setembro, audiência pública, em Brasília, para debater o atraso na concessão de registros sindicais. Mais de dois mil processos neste sentido estão pendentes hoje no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da abertura do evento, organizado pelo procurador regional do Trabalho e coordenador regional da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis) do MPT, Francisco Gérson Marques de Lima. O coordenador nacional da Conalis, procurador João Carlos Teixeira, assim como a representante da coordenadoria na PRT da 10ª Região (DF e Tocantins), Ana Cristina Desirée Barreto, também participaram do evento, além de representantes de entidades sindicais de todo o Brasil (CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB e Nova Central), advogados, representantes do MTE e da sociedade civil.



A parceria entre a ANPT e as entidades sindicais foi reforçada durante o evento

Foto: Ascom/ANPT

Durante sua manifestação, Azevedo Lima destacou que a Associação tem uma parceria permanente com as entidades sindicais nas mais variadas searas, seja no parlamento brasileiro, em comissões temáticas as mais diversas e em vários outros fóruns. Segundo ele, embora nem sempre haja uma convergência de posições entre todas as entidades – “o que é absolutamente natural no âmbito das relações humanas” –, o fato é que a atuação conjunta é inegavelmente de grande relevância, “até porque todos nós defendemos, sem dúvida, o respeito à dignidade nas relações de trabalho”.

O procurador ressaltou, ainda, que audiências públicas como a realizada pela Conalis servem para aprofundar o debate sobre temas importantes, mas, acima de tudo, para buscar a solução de questões sensíveis e que demandam a construção dessas soluções. “O objetivo é que unamos esforços para que possamos otimizar os resultados por meio da atuação de cada um de nós, para que a partir daí avancemos nessas questões e possamos, em nossas respectivas searas, prestar um serviço cada vez melhor, com o que seguramente só tem a ganhar a sociedade, que é destinatária do nosso trabalho”, enfatizou. **N**

Seminário no Rio de Janeiro discute sistema de Justiça e o combate ao trabalho infantil

Foi realizado, nos dias 20 e 21 de agosto, o seminário “Sistema de Justiça e o combate ao trabalho infantil”, promovido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em parceria com o Ministério Público Estadual (MPE) e instituições e entidades parceiras, sendo a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) uma das apoiadoras do evento. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade de abertura do seminário.

Em seu pronunciamento, Azevedo Lima ressaltou a importância da atuação conjunta dos vários segmentos da sociedade ali representados, como forma de otimizar os resultados a serem ob-

tidos por meio dessa atuação, “a qual, não esqueçamos, mais do que o combate pura e simplesmente, deve ser voltada, isto sim, para a erradicação do trabalho infantil, não sendo minimamente lógico nem tampouco razoável que em pleno século XXI ainda nos deparemos com essa mais que lamentável realidade”, disse.

Segundo o presidente da ANPT, se o tema é objeto de preocupação e de atuação permanente, no momento atual essa preocupação se mostra presente de maneira ainda mais enfática. “Precisamos avançar, e muito, para que a proteção à infância seja prioridade real e não restrita a meras frases de efeito ou belas expressões inseridas nos textos legais”, ressaltou.

Ainda durante sua manifestação, Azevedo Lima enfatizou a imprescindibilidade de se promover uma grande mudança cultural, tomando por base a sociedade como um todo, no que diz respeito à temática do trabalho infantil. “Precisamos deixar muito claros os malefícios gerados pelo trabalho precoce, que alimenta um círculo vicioso de pobreza e de falta de oportunidades”, disse. Ele destacou, em seguida, que “urge que avancemos nessa questão e que apresentemos oportunidades efetivas para esses jovens, sem jamais olvidar que lugar de criança e adolescente, sem sombra de qualquer dúvida, é na escola”, concluiu. **N**



Seminário foi realizado no Rio de Janeiro e contou com o apoio da ANPT

Foto: Ascom/MPT-RJ

Oficina debate reestruturação do serviço brasileiro de inspeção de produtos de origem animal

No dia 12 de agosto, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da 1ª oficina do grupo de trabalho que debate a reestruturação do Serviço de Inspeção Brasileiro de Produtos de Origem Animal (Sisbi/POA). O evento foi promovido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), órgão integrante da Organização dos Estados Americanos (OEA), e reuniu representantes da União e de estados e municípios de todas as regiões do Brasil.

A participação do presidente da ANPT se deu no contexto voltado para o debate também sob a ótica trabalhista que envolve uma possível reformulação de tal serviço. De acordo com o procurador, quando se fala em reestruturação da sistemática de inspeção, chama a atenção de imediato o fato de se buscar, com isso, discutir-se também a forma de contratação dos profissionais incumbidos dessas importantes atribuições. “A nossa preocupação é exatamente que essa sistemática que se pretende adotar doravante venha a surgir como uma forma de buscar legitimar formas ilícitas de contratação de pessoal, inclusive por meio da terceirização de serviços no âmbito da administração pública”, alertou.

A respeito do tema, Azevedo Lima discorreu, para uma melhor contextualização sobre a terceirização e a precarização das condições de trabalho a ela inerentes, sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, atualmente em tramitação no Senado Federal, que pretende liberar a prática da terceirização em todas as atividades. O procurador destacou que, mesmo num



Oficina contou com a participação da ANPT

Foto: Ascom/ANPT

cenário precarizante como aquele observado na Câmara dos Deputados quando o projeto foi aprovado naquela Casa Legislativa, ainda assim se entendeu que não seria razoável permitir a terceirização das atividades finalísticas sequer das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da administração indireta.

Durante sua exposição, o presidente da ANPT citou diversos exemplos de atuação do MPT no combate à terceirização irregular no âmbito da administração pública, além de ter enfatizado a relevância de se atentar para acordo judicial firmado pela Procuradoria Regional do Trabalho em Brasília com a União, com abrangência nacional, e que ainda não foi inteiramente cumprido, mas que trata justamente da regularização do quadro de pessoal no serviço público Federal. **N**

Integrantes do Ministério da Agricultura reúnem-se na ANPT para discutir terceirização

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, recebeu, dia 08 de outubro, a visita do vice-presidente do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários, Marcos Vinicius da Trindade Lessa, e de diversos outros integrantes do Ministério da Agricultura e dirigentes da referida entidade sindical. O objetivo da reunião foi debater a possibilidade de trabalho conjunto entre a ANPT e o sindicato no acompanhamento de proposições legislativas e outras medidas que dizem respeito à terceirização no Serviço de Inspeção Brasileiro de Produtos de Origem Animal.

Durante a reunião, Azevedo Lima ressaltou a atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) em todo o Brasil, bem como da própria ANPT, no enfrentamento da temática da terceirização, em especial no combate às terceirizações ilícitas, e também no combate às contratações irregulares no âmbito da administração pública, muitas vezes concretizadas por meio de terceirização de serviços relacionados às atividades finalísticas de agentes públicos. “Tenham certeza de que têm na ANPT uma aliada no combate



Reunião aconteceu na sede da ANPT

Foto: Ascom/ANPT

à terceirização irregular no serviço público, pois vulnera princípios constitucionais muito caros ao Ministério Público e à sociedade como um todo, ainda mais em áreas sensíveis como as de inspeção”, destacou, ressaltando também que a entidade irá verificar os projetos em tramitação, na linha do que se discutiu durante a reunião, e acompanhará sua tramitação no Congresso Nacional. **N**

Fórum da terceirização reúne-se no Senado

No dia 20 de agosto, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou de reunião com o senador Paulo Paim (PT-RS), na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, para tratar do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015 e fazer um balanço das audiências públicas realizadas em várias partes do Brasil sobre o assunto, bem como, e de maneira especial, traçar estratégias de enfrentamento da matéria.

O procurador ressaltou a preocupação da ANPT e dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) quanto à rapidez com que diversos assuntos relacionados aos direitos sociais têm sido tratados no Congresso Nacional quando o viés a ser dado é no sentido de permitir retrocesso, o que, sob a ótica dele, mostra-se extremamente preocupante. “Não podemos olvidar que, por mais relevante que seja a realização das audiências em todas as unidades federativas, e é inegável tal relevância, precisamos



Reunião da CDH para tratar da terceirização

Foto: Ascom/ANPT

estar atentos para que a matéria não tramite de maneira açodada, vindo a ser levado o PLC 30 ao plenário do Senado sem que tenham sido aprofundados os debates nas Comissões desta Casa, na linha, aliás, do que nos foi garantido que aconteceria pelo próprio presidente Renan Calheiros, o qual fez questão de destacar em reunião que com ele tivemos que pelo menos em 04 Comissões a matéria seria debatida antes de ser levada ao plenário”, ressaltou Azevedo Lima. **N**

Reunião discute estratégias para barrar PLC 30

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 12 de agosto, de reunião na Câmara dos Deputados com os integrantes do Fórum Nacional em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização. O objetivo do encontro foi debater novas estratégias de atuação para impedir que o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015 seja apreciado e aprova-

do no Senado Federal, onde se encontra atualmente em tramitação.

Segundo Azevedo Lima, “a ANPT tem destacado que, para além da intensificação dos trabalhos de articulação com os parlamentares por parte de todas as entidades e instituições que integram o Fórum, aí incluídas, obviamente, as entidades que representam os membros das carreiras jurídicas, mostra-se imprescindível que haja uma mobilização efetiva e de grande

monta dos trabalhadores, por meio de suas representações sindicais, dos mais variados segmentos econômicos, demonstrando claramente, para toda a sociedade em geral e para a classe política em especial a irresignação e, mais que isso, a indignação da classe trabalhadora com esse retrocesso social sem precedentes que é representado pelo PLC 30, dada a famigerada precarização das relações trabalhistas que ele propicia”, destacou. **N**

Movimento contra PL da terceirização busca apoio de senadores

Treze instituições que integram em Minas Gerais o movimento contra o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, que prevê a liberação da terceirização sem limites, buscou o apoio da bancada mineira no Senado Federal. O senador Antonio Anastasia (PSDB) foi o primeiro a receber visita dos representantes do movimento, que conta com a participação da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), representada pelo diretor de assuntos legislativos da entidade, Helder Amorim, além de centrais sindicais no Estado de Minas Gerais, a Comissão de Enfrentamento ao Trabalho Escravo do TRT da 3ª Região, o Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais, a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região (AMATRA-3), a Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho de Minas Gerais (AAFIT/MG) e o Instituto Mineiro de Relações de Trabalho.

Os representantes do movimento contra o PLC 30 entregaram carta aberta ao senador Anastasia em seu gabinete em Belo Horizonte. Durante a entrega, o procurador do Trabalho Helder Amorim enfatizou a preocupação dos órgãos e entidades de proteção aos direitos dos trabalhadores com os efeitos nefastos que o projeto de lei poderá causar sobre as condições de trabalho e, principalmente, com a dispersão da organização sindical, que perderá representatividade e capacidade negocial. “Todas as



Grupo reunido com o senador Anastasia

Foto: Ascom/MPT-MG

entidades que lidam com o mundo do trabalho estão unidas e convictas do retrocesso que o projeto representa. Queremos enfatizar que a sociedade também está atenta e espera o apoio dos que nos representam”, ponderou a auditora fiscal do Trabalho Valéria Mendes.

Helder Amorim finalizou afirmando que procuradores, magistrados, auditores fiscais do trabalho e organizações sociais integrantes do movimento estão disponíveis para aprofundar a análise da questão e contribuir democraticamente com suas experiências institucionais, para o aperfeiçoamento do debate. **N**

São Paulo sedia congresso internacional sobre terceirização

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 25 de agosto, do III Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde. O evento foi organizado pela Fundacentro, pela *Asociacion Latinoamericana de Abogados Laboralistas (ALAL)* e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). O ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Miguel Rosseto, também participou do painel coordenado pelo presidente da ANPT.

O procurador coordenou os trabalhos do painel intitulado “A regulamentação da terceirização e as estratégias sindicais para as melhorias das condições de trabalho”. A mesa de debates contou, também, além do ministro Miguel Rosseto, com a participação da secretária de Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Graça Costa, do secretário-geral da Intersindical, Edson Silva (Índio), do coordenador do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo Urbano em São Paulo e representante do Ministério do Trabalho e Emprego, o auditor-fiscal do trabalho Luís Alexandre de Faria, além da desembargadora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio Grande do Sul e pesquisadora Cesit/Unicamp Magda Biavaschi.



Congresso debateu a precarização das relações de trabalho

Ao dar início aos trabalhos do painel, o presidente da ANPT falou sobre algumas proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional que, segundo ele, são prejudiciais aos trabalhadores e à sociedade como um todo. Ele destacou, ainda, que também em outras searas, a exemplo do Supremo Tribunal Federal (STF), as questões trabalhistas têm tido um tratamento que tem causado preocupação aos membros do MPT.

O procurador destacou, também, que a realização de eventos como o seminário internacional permitem a discussão e o aprofundamento de debates sobre importantíssimas questões pelos mais variados segmentos da sociedade, mas, acima de tudo, são positivos por propiciar, no caso concreto, que essas discussões

alcancem aqueles que efetivamente têm maior poder de mobilização social. O presidente da ANPT ressaltou a imprescindibilidade que essas representações dos trabalhadores se mobilizarem cada vez mais para mostrar para toda a sociedade os malefícios causados pela precarização das relações de trabalho, “porque não adianta discutir teses acadêmicas, ainda que relevantes, se os trabalhadores, por meio de suas organizações, não demonstrarem isso para os mais variados segmentos sociais”.

O diretor de assuntos legislativos da ANPT, Helder Amorim, também participou do evento, em uma mesa de debates que abordou “A terceirização e o mundo do trabalho: impactos, dinâmica da regulação, atores sociais e as instituições públicas”. **N**

Terceirização é tema de audiência pública na Bahia

A Bahia foi sede, dia 18 de setembro, de mais uma audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, sob a presidência do senador Paulo Paim (PT-RS), para debater o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/15, que libera a terceirização em todas as áreas das empresas. O evento foi promovido no auditório da Assembleia Legislativa do Estado e contou com a presença de representantes de diversos órgãos, instituições e sindicatos, entre eles o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT) na Bahia, Alberto Balazeiro, que, na audiência, falou também em nome da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

Na ocasião, o procurador ressaltou que “liberar a terceirização nas atividades-

fim das empresas é o mesmo que rasgar a CLT. É colocar na vala comum milhões e milhões de trabalhadores, que certamente perderiam direitos e condições de trabalho caso esse projeto virasse lei”. “Responsável por salários menores,

benefícios reduzidos e condições de trabalho inferiores, a terceirização é por nós enfrentada sem temor, sendo frequentemente objeto de ações civis públicas movidas pelo MPT”, relatou Balazeiro. **N**



Alberto Balazeiro representou a ANPT na audiência pública

Foto: Natália Pontes/SG

Foto: Kamilla Matos

Redução da idade para o trabalho é debatida em audiências públicas

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados realizou, nos dias 14 de julho e 11 de agosto, audiências públicas para debater a possibilidade de trabalho em regime parcial a partir dos 14 anos de idade, prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/11. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, e a diretora financeira da entidade, Ana Cláudia Monteiro, acompanharam as audiências. O procurador do Trabalho e à época coordenador nacional de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes (Coordinfância) do Ministério Público do Trabalho



ANPT entregou nota técnica sobre a PEC 18/11 ao relator



ANPT acompanhou as audiências públicas

(MPT), Rafael Dias Marques, foi expositor na audiência realizada em agosto.

Atualmente, a Constituição Federal determina que os jovens com 14 e 15 anos só podem trabalhar na condição de aprendizes. A PEC está sendo analisada pela CCJ quanto à admissibilidade e a ANPT tem articulado intensamente com os deputados para que a proposta seja rejeitada, pois, de acordo com o presidente da entidade, proposições como esta possibilitam o ingresso cada vez mais precoce de jovens no mundo do trabalho sem a devida formação, que lhes é inviabilizada, dando ensejo a um círculo vicioso e, com isso, impedindo o adolescente de estudar e ter uma completa e mais adequada formação educacional, o que lhe propiciaria ter acesso a condições mais dignas de trabalho no futuro.

Confira a íntegra da matéria no site www.anpt.org.br

ANPT articula com deputados a não aprovação da PEC 18

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) tem articulado, constantemente, com deputados, na Câmara dos Deputados, para que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/11 não seja aprovada. A diretora financeira da Associação, Ana Cláudia Monteiro, está à frente da pauta e tem conversado com os parlamentares sobre o assunto e apresentado a posição da ANPT, enfaticamente contrária à PEC.

A PEC é de autoria do deputado Dilceu Sperafico (PP/PR) e tem como relator o deputado Paulo Maluf (PP/SP). Outras proposições com objetivos semelhantes foram apensadas à proposta. São elas a PEC 35/2011, do ex-deputado Onofre Agostini (PSD-SC), a PEC 274/2013, do deputado Edinho Bez (PMDB-SC) e a PEC 77/2015, de autoria do deputado Ricardo Izar (PSD-SP).

Em reunião com este último parlamentar mencionado, cuja proposta altera a idade mínima para 15 anos, foram apresentados diversos argumentos que comprovam os malefícios de se diminuir a idade para o trabalho. Entre os parlamentares contactados também

Fotos: Ascom/ANPT



Reunião com o deputado Ricardo Izar



Ministro do esporte foi visitado para tratar da PEC

estiveram os deputados Paes Landim (PTB-PI), Pastor Eurico (PSB-PE), Betinho Gomes (PSDB-PE), entre diversos outros. A equipe do gabinete do deputado Rogério Rosso (PSD-DF) também recebeu visita da diretora financeira da ANPT, que estava acompanhada de vários outros agentes empenhados no combate ao trabalho infantil e que são, assim como a ANPT, manifestamente contrários à PEC18.

A diretora financeira da ANPT esteve também, dia 19 de agosto, reunida com parlamentares do PSDB,

na liderança do partido na Câmara dos Deputados. A reunião aconteceu com os deputados Betinho Gomes (PSDB-PE), Eduardo Barbosa (PSDB-MG) e Max Filho (PSDB-ES). Durante a ocasião, foram destacados aos parlamentares diversos argumentos que comprovam os malefícios de se diminuir a idade para o trabalho conforme prevê o projeto.

Já no dia 02 de setembro, Ana Cláudia Monteiro esteve com o líder do PMDB na Câmara dos Deputados, deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ). Ainda no mesmo dia, a diretora da ANPT conversou também com o ministro do esporte, George Hilton, para tratar do assunto e, ainda, sobre a questão da manutenção da idade mínima de 14 anos para profissionalização no esporte. O Ministério do Esporte viria buscando construir um texto que formule da melhor maneira possível o Sistema Nacional do Esporte.

Confira a íntegra da matéria no site www.anpt.org.br

Audiência pública discute prevalência do negociado sobre o legislado

No dia 05 de outubro, representantes de entidades sindicais, do Ministério Público e do Judiciário fizeram críticas à proposta que garante a supremacia de acordos coletivos sobre a legislação trabalhista. A chamada prevalência do negociado sobre o legislado foi aprovada na semana anterior pela comissão mista que analisou a Medida Provisória (MP) 680/2015, que cria o Programa de Proteção ao Emprego (PPE). O assunto foi debatido pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal com a presença do presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e do vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa. O chefe-de gabinete do procurador-geral do Trabalho, Sebastião Caixeta, que também é secretário de relações institucionais do MPT, estava entre os debatedores, assim como advogados, juízes trabalhistas e dirigentes sindicais.

Durante suas considerações, o presidente da ANPT disse que o tema está inserido em um contexto extremamente precarizante, situação que tem se agravado exponencialmente a cada dia, ainda mais por acabar até mesmo com os paradigmas referentes aos direitos sociais, suprimindo conquistas históricas dos trabalhadores. Azevedo Lima lembrou ainda que a medida provisória vinha tratar de um tema específico concernente à criação do PPE, que seria um instrumento supostamente voltado para ajudar na manutenção dos empregos no momento de crise econômica atualmente vivenciado, com redução de



Diversas autoridades participaram da audiência

Foto: Ascom/ANPT

jornada e do salário dos trabalhadores – “o que, por si só, já ensejaria a que tivéssemos uma série de questões a discutir a respeito dessa versão original da MP, mas, o que é mais grave, conseguiu-se piorar exponencialmente os ataques aos direitos trabalhistas que se tem verificado reiteradamente nos últimos anos, agora representados simbolicamente por essa nefasta possibilidade de o negociado preponderar sobre o legislado”.

“Trago em nome da ANPT e dos membros do Ministério Público do Trabalho a nossa preocupação com a questão, ressaltando, aliás, que falar em preocupação é dizer muito pouco. Espero que avancemos a partir destes debates para que não se admita mais esses famigerados retrocessos sociais com os quais temos nos deparado, para que não se prossiga indefinidamente na precarização das condições de trabalho”, finalizou.

Confira a íntegra da matéria no site www.anpt.org.br **N**

“A vida dos trabalhadores tem valor inestimável”

Com essa linha argumentativa, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, pautou sua manifestação, dia 08 de setembro, em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. A sessão teve como tema “O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação, especificamente sobre o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº43 de 2015, cujo objetivo é sustar a aplicação da Norma Regulamentadora nº12 do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata da segurança no trabalho em máquinas e equipamentos”.

O presidente da ANPT ressaltou que normas como a NR12 têm por objetivo salvaguardar a saúde e segurança de trabalhadores, prevenir a ocorrência de acidentes, muitas vezes fatais, além de outros graves acontecimentos que, segundo ele, “acabam por inverter a máxima popular segundo a qual o trabalho deve consistir num meio de vida, jamais um meio de adoecimento, de acidentes nem muito menos de morte”, disse. “Essa norma tem o claro objetivo de, se não eliminar como seria o ideal de todos nós, ao menos reduzir significativamente o grande número de acidentes fatais e causadores de mutilações que ocorrem no Brasil”, disse.

Para Azevedo Lima, suspender a normal consiste numa hipótese em que se acaba por institucionalizar condições precárias e inseguras de trabalho. “Não esqueçamos, em momento algum, que a própria Constituição Federal já deixa muito claro que a dignidade da pessoa humana, aí incluído o ser humano em sua condição de trabalhador, há de ser o fundamento de toda e qualquer medida, assim como o valor social do trabalho deve

ser tido como umbilicalmente relacionado à livre iniciativa, já que esta última destaca-se justamente a partir do que tem de socialmente relevante”, afirmou.

Ainda durante sua manifestação, o procurador abordou de maneira breve pontos tratados na proposta de decreto legislativo, para buscar fazer um contraponto aos argumentos colocados por aqueles que são contrários à NR12.

Além do presidente da ANPT, o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, também esteve presente, assim como o procurador-geral do Trabalho (PGT), Ronaldo Curado Fleury, o secretário de relações institucionais do Ministério Público do Trabalho (MPT) e chefe de gabinete do PGT, Sebastião Caixeta, além do coordenador nacional da Coordenadoria de Promoção do Meio Ambiente do Trabalho (Codemat) do MPT, Leonardo Osório. **N**



Presidente da ANPT durante sua apresentação na audiência

Foto: Ascom/ANPT

ANPT articula rejeição de projeto que afeta a segurança no trabalho

A Norma Regulamentadora (NR) 12, do Ministério do Trabalho e Emprego, foi o tema central de reuniões, dia 1º de setembro, entre o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, além de representantes de diversos outros órgãos e instituições, como o chefe de gabinete do procurador-geral do Trabalho, Sebastião Caixeta, dirigentes do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) e representantes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com parlamentares, a exemplo dos senadores Humberto Costa (PT-PE) e Douglas Cintra (PTB-PE). Este último é o relator do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 43/2015, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) daquela Casa Legislativa. A entidade elaborou Nota Técnica contrária ao projeto, a qual fora entregue aos senadores.

Segundo o presidente da ANPT, a NR-12 visa a proteger os milhares de trabalhadores que operam máquinas, especificando a forma dos sistemas de proteção, sejam barreiras fixas, sejam dispositivos elétricos ou mecânicos. “A evolução das exigências e novos requisitos técnicos às máquinas e equipamentos constitui condição inafastável para a preservação da integridade física das pessoas que interagem com esses meios de produção, sobretudo diante dos elevados índices de acidente, causadores de mortes e mutilações de milhares de trabalhadores brasileiros nos últimos anos”, disse.



Reunião com o senador Douglas Cintra



Senadores Humberto Costa conversou com o grupo

O relator da proposta, por sua vez, afirmou que, em sua ótica, seria necessário aprofundar o diálogo sobre a matéria e sobre a importância de se construir um equilíbrio sobre o processo, para que se encontre a melhor solução. **N**

PL que acrescenta exigências para TACs é levado ao plenário da Câmara

Durante o mês de agosto, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, manteve articulação com parlamentares para destacar a gravidade que representa para a atuação do Ministério Público e, consequentemente, para a defesa e a promoção dos direitos e interesses sociais, eventual aprovação, em definitivo, do Projeto de Lei (PL) 1755/2011, que tem como relator o deputado federal Gabriel Guimarães (PT-MG). A proposta exige a presença de advogados das partes para a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), sob pena de nulidade, e foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, em caráter terminativo. O texto seria enviado diretamente ao Senado caso não houvesse recurso para votação da matéria em Plenário.

Em razão disso, a ANPT intensificou articulação com parlamentares de diversos partidos, a fim de buscar viabilizar a formalização de recurso contra tal apreciação conclusiva. Para tanto, seria necessário que se obtivesse a subscrição do recurso por pelo menos 10% dos Deputados Federais, ou seja, no mínimo 52 Deputados.

Fotos: Ascom/ANPT



ANPT articulou a aprovação do recurso com diversos parlamentares

A partir desse trabalho de articulação da entidade, e com o apoio da Deputada Luiza Erundina de Sousa (PSB/SP), que encabeçou o recurso, conseguiu-se formalizar a proposição contra a apreciação conclusiva das Comissões sobre o PL, no qual se conseguiu confirmar 66 assinaturas.

O texto aprovado muda uma série de leis que abordam o instrumento, como o Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/94), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e a Lei da Ação Civil

Pública (7.347/85). De acordo com a redação do projeto, os TACs só terão “validade e eficácia de título executivo extrajudicial quando assinados por advogados”, sob pena de nulidade.

Nas articulações mantidas com os deputados, o presidente da ANPT ressaltou a necessidade de se barrar esse PL, “que é extremamente preocupante no que diz respeito à imposição de requisitos que, além de burocratizar ainda mais a celebração do instrumento, não tem outro intuito senão ‘cavar’ nulidades nos TACs firmados pelo Ministério Público, o que se mostra muito grave, gerando enorme insegurança jurídica e, na prática, prejudicando toda uma atuação voltada para a promoção dos direitos sociais”. **N**

Simplest trabalhista é tema de reunião com relator de PL na Câmara dos Deputados

O Projeto de Lei (PL) 450/2015, que instituiu o Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal – conhecido como simples trabalhista – foi tema de reunião, dia 09 de outubro, entre o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o relator do PL na Câmara dos Deputados, deputado Laércio Oliveira (Sd/SE). Na ocasião, foi entregue ao parlamentar nota técnica da entidade sobre o tema, na qual são destacados diversos pontos que a ANPT considera relevantes em relação à matéria.

Para a ANPT, o PL representa retrocesso social, com retirada de direitos trabalhistas históricos, conquistados ao longo de muitas décadas pelos trabalhadores e muitos deles, inclusive, previstos no próprio texto constitucional. Segundo o presidente da entidade, há de se observar “que não discordamos, em nenhum momento, da mais que elogiável ideia central do projeto, consistente na necessidade de se buscar alternativas para combater a informalidade no mercado de trabalho, trazendo para o mercado formal um número tão expressivo de trabalhadores, que, conforme dados apresentados na justificativa da matéria, atingiria pelo menos 15 milhões de brasileiros”.

“Não se pode concordar, porém, com a criação de ‘trabalhadores de segunda ou terceira categoria’, que passariam a ser os empregados de microempresas e das empresas de pequeno porte, haja vista, pelo chamado ‘Simplest Trabalhista’, passarem a ser deles sonegados inúmeros direitos, a despeito do que se dá em relação aos demais trabalhadores, chegando-se ao ponto, até mesmo, de reduzir a 25% do que percebem os



Foto: Ascom/ANPT

demais trabalhadores a alíquota dos depósitos na conta vinculada de FGTS”, alertou o presidente da ANPT, para em seguida fazer uma análise mais detalhada de diversos dos dispositivos constantes do PL 450/2015.

O deputado mostrou-se receptivo, enfatizando a relevância de se estabelecer e aprofundar o diálogo com os membros do MPT sobre este tema e outros em tramitação na Câmara. “Defendendo os interesses do empresariado, classe à qual pertencço, mas longe de mim qualquer subtração de direitos dos trabalhadores”, disse, destacando em seguida que “não queremos tratar de forma distinta os trabalhadores, sendo também minhas as preocupações que a ANPT aborda. Lerei com muita atenção o material que me foi trazido e irei refletir com bastante atenção sobre as questões apontadas”, disse. **N**

Teto remuneratório no serviço público é tema de reunião com deputado Benjamin Maranhão

Dia 14 de outubro, o Projeto de Lei (PL) 3.123/2015 foi tema da reunião entre representantes das entidades de classe que integram a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (FRENTAS), atualmente coordenada pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), e o deputado Benjamin Maranhão (SD/PB). O PL trata de uma série de questões referentes ao teto remuneratório no serviço público.

O deputado Benjamin é presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), onde o PL tramitava na época, tendo as associações agendado a reunião com o objetivo de ampliar o debate sobre a questão, tendo o parlamentar se comprometido a discutir com mais profundidade o tema na comissão.

De acordo com o vice-presidente da ANPT, Ângelo Fabiano Farias da Costa, “o PL ataca frontalmente as



Foto: Ascom/ANPT

garantias constitucionais remuneratórias dos membros do Ministério Público e da magistratura, razão pela qual as entidades estão unidas para buscar evitar essa retirada de direitos.”

PEC que altera forma de indicação dos ministros do STF é tema de articulação da ANPT na Câmara

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, esteve reunido, dia 30 de setembro, com o autor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 17/2011, deputado Rubens Bueno (PPS/PR), que prevê a alteração na forma de indicação dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta encontra-se, atualmente, apensada à PEC 473/2001, cujo relator é o deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR), com quem também conversou o presidente da ANPT durante os trabalhos de articulação parlamentar.

Durante a reunião com Rubens Bueno, Azevedo Lima falou sobre o conteúdo previsto na PEC, tendo sugerido alterações pontuais na parte em que se trata da indicação de dois ministros do STF escolhidos entre os membros do Ministério Público, sendo feita a indicação pelo procurador-geral da República. Segundo o presidente da ANPT, como a indicação deve recair sobre membro do Ministério Público brasileiro, não se limitando a um único ramo, seria importante que tal indicação se desse pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), visto que lá estão representados todos os ramos do MPU, além dos MPs dos Estados e outros segmen-



O relator da proposta é o deputado Osmar Serraglio

Foto: Ascom/ANPT

tos da própria sociedade, democratizando ainda mais todo o processo de escolha.

O parlamentar ressaltou que essa democratização consiste, inclusive, em seu maior objetivo com a PEC 17. Após escutar a sugestão do presidente da ANPT, Bueno afirmou concordar com a proposta apresentada, tendo esclarecido, ainda, que já formalizou o pedido de desapensamento da PEC das demais que cuidam do tema, atualmente todas apensadas à PEC 473/2001.

*Confira detalhes sobre a matéria no [site www.anpt.org.br](http://www.anpt.org.br) **N**

Audiência pública na Câmara debate PEC que democratiza escolha de dirigentes dos Tribunais

Foi realizada, dia 27 de agosto, audiência pública na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 187-A, de 2012, de autoria do deputado Wellington Fagundes. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, apresentou o posicionamento da entidade favorável à PEC, tendo a reunião sido presidida pelo deputado Lincoln Portela (PR/MG).

A proposta “dá nova redação às alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 96 da Constituição Federal, renomina as suas alíneas subsequentes e acrescenta-lhe um parágrafo único, dispondo sobre a eleição dos órgãos diretivos dos Tribunais de 2º grau”. Para Azevedo Lima, este tema seguramente é de grande relevância não apenas para os magistrados brasileiros em geral – tendo ele citado pesquisas que atestam que cerca de 80% dos mais de 16 mil juizes do Brasil são favoráveis à matéria – mas, também, para a sociedade como um todo, em relação ao que não estão, por óbvio, alheios os membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), dada a relevância da democracia institucional para os integrantes da instituição.

“A PEC 187 traz uma série de avanços, em nossa ótica, justamente por permitir uma democratização maior da escolha dos dirigentes dos Tribunais de segundo grau. A escolha dos dirigentes institucionais, seja no âmbito do Judiciário ou do Ministério Público, por parte dos próprios membros, de forma direta e democrática, afigura-se fundamental inclusive para conferir uma maior legitimidade às próprias gestões dessas instituições tão relevantes para o Estado de Direito”, disse.



Presidente da ANPT falou sobre a posição favorável da entidade sobre o assunto

Foto: Ascom/ANPT

O procurador apresentou, também, uma série de informações sobre a forma como a questão vem sendo tratada no âmbito do Ministério Público, tanto da União quanto dos Estados, em que, segundo ele informou, a prática democrática, como regra geral, tem sido observada e tem se consolidado já há algum tempo. Ainda durante sua manifestação, o presidente da ANPT destacou que a PEC que trata da eleição direta nos Tribunais se insere em um contexto mais amplo de democratização. “Entendemos que, assim como todos os segmentos da sociedade têm a possibilidade de ter representação aqui no parlamento, não há nada que justifique não seja assegurado igual direito aos membros do MP, que não podem ser tratados como cidadãos pela metade”, disse.

*Confira a matéria completa em www.anpt.org.br **N**

Atividade político-partidária dos membros do MP é tema de reunião com novo relator de PEC

Representantes das entidades de classe dos membros do Ministério Público (MP) brasileiro, entre eles o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, estiveram reunidos, dia 08 de setembro, com o novo relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 392/2014, deputado Marcos Rogério (PDT-RO). A proposta permite o exercício de atividade político-partidária por parte de membros do Ministério Público.

Durante a reunião, realizada a partir de articulação da ANPT e com convite a todas as demais entidades de membros do MP, o grupo conversou com o parlamentar sobre a importância de se restabelecer a capacidade eleitoral passiva para esses agentes públicos, os quais, de acordo com o presidente da ANPT, desempenham relevantes atividades estatais, muito embora apenas lhes seja possibilitado o exercício de uma cidadania parcial. Segundo se destacou, o texto original da Constituição Federal de 1988 previa essa possibilidade, o que foi retirado a partir da Emenda Constitucional nº 45, de dezembro de 2004.

Segundo o presidente da ANPT, “não se concebe um sistema em que aos membros do Ministério Público só se permite o exercício de uma cidadania pela metade, ao contrário do que ocorre com os integrantes de todas as demais classes e, enfim, com todos os demais brasileiros em geral”. Ele ressaltou também que “se, no Parlamento brasileiro, os mais variados segmentos têm representação política, e é importantíssimo que assim seja, mormente no âmbito de um regime democrático como o nosso, há de se garantir também que os promotores



Grupo reunido com o relator da PEC

Foto: Ascom/ANPT

e procuradores tenham a possibilidade de contribuir com os debates dos temas mais caros à sociedade também nesta seara do processo legislativo”.

O parlamentar disse entender o posicionamento dos membros do MP, ressaltando sua importância para o fortalecimento da democracia, e informou que, justamente para viabilizar uma discussão mais ampla e aprofundada da matéria, promoveria audiência pública na Câmara sobre o tema.

Além dos representantes da ANPT, participaram da reunião, também, a presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Angélica Cavalcanti, o presidente da Associação do MP do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), Elísio Teixeira, o presidente da Associação do MP do Rio Grande do Sul (AMPRS), Sérgio Hiane Harris, o presidente da Associação Nacional do MP Militar (ANMPM), Giovanni Rattacaso, e o presidente da Associação dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho. **■**

Reunião debate Proposta de Emenda à Constituição 555

Foto: Ascom/Conamp

O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa, participou, dia 29 de setembro, de reunião com representantes de outras entidades de classe do Ministério Público e da magistratura, na qual o tema central de debates foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555/2006. A proposta extingue a cobrança da contribuição sobre os proventos de aposentados e pensionistas. Já existem mais de 600 requerimentos de parlamentares pedindo a inclusão da



ANPT se fez presente na reunião

PEC na pauta de votações do plenário da Câmara.

Além da ANPT, participaram da reunião representantes da Conamp, da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), da Associação dos Juizes do Brasil (Ajufe), da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), do Instituto Mosap, e do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

Membros do MP e do Judiciário discutem PEC 62 no Senado

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 62/2015 foi tema de reunião, dia 20 de outubro, entre membros do Ministério Público (MP), como o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a diretora financeira da entidade, Ana Cláudia Monteiro, e do Poder Judiciário, dos mais diversos ramos, com parlamentares ao longo do dia, a exemplo dos senadores Randolfe Rodrigues (AP), Roberto Rocha (PSB-MA) e Eduardo Amorim (PSC-SE).

A PEC altera a Constituição Federal no que diz respeito a questões remuneratórias envolvendo subsídios de agentes políticos. A questão vem sendo enfrentada conjuntamente pela Frente Associativa (Frentas) integrada por todas as entidades nacionais de ambas as carreiras, atualmente sendo coordenada pelo presidente da ANPT.

O senador Randolfe é o relator da PEC, que é de autoria da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR). Durante a reunião conjunta com o parlamentar e o senador Roberto Rocha, os participantes apresentaram diversas sugestões de alterações tendo por objetivo contribuir com o



Reunião com os senadores Randolfe Rodrigues e Roberto Rocha

texto do relatório apresentado pelo relator. Após amplo debate com os parlamentares e suas respectivas equipes, alcançou-se um consenso quanto ao aprimoramento do texto.

Ao ser procurado pelo grupo, o senador Eduardo Amorim mostrou-se, também, à disposição para aprofundar os entendimentos sobre a questão apontada pelos integrantes do MP e da magistratura, ressaltando prontamente não serem aceitáveis ataques a



Grupo reunido com o senador Eduardo Amorim

essas importantes instituições e à sua unidade, o que as enfraquece e não é desejável para a sociedade. Propôs-se, inclusive, a ajudar no trabalho de articulação com os demais senadores. **N**

ANPT reúne-se com presidente da CCJ do Senado

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, reuniu-se, dia 07 de outubro, com o senador José Maranhão (PMDB-PB), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal. O objetivo do encontro foi debater proposições legislativas em tramitação no Senado Federal e buscar o apoio do parlamentar em algumas matérias de interesse dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) e de todo o Ministério Público brasileiro. Acompanharam o presidente da ANPT, na visita ao senador, o chefe de gabinete do procurador-geral do Trabalho e secretário de relações institucionais do MPT, Sebastião Vieira Caixeta, além do procurador do Trabalho no Estado da Paraíba Cláudio Gadelha.

De acordo com Azevedo Lima, a reunião foi importante por ter sido mais uma oportunidade para se destacar a necessidade do estreitamento de laços entre o Ministério Público e o parlamento brasileiro, “ainda mais no âmbito de uma comissão tão relevante como a CCJ, além de terem sido muito oportunas as discussões de relevantes temas e que podem vir



Proposições legislativas foram abordadas durante a reunião

a ter efeitos concretos e de grande significado para os membros do MPT e de todo o MPU num futuro muito próximo, justamente a partir da disponibilidade para o diálogo sempre demonstrada pelo senador José Maranhão e o fato de ele se colocar reiteradamente como um importante aliado do Ministério Público”. **N**

Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público tem novo coordenador

Integrantes da Frente Associativa do Ministério Público e da magistratura (Frentas), entre eles o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, estiveram reunidos, dia 29 de setembro, na sede da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Entre os principais temas tratados durante o encontro, o grupo discutiu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC)62/2015, que se reporta à desvinculação automática entre subsídios de agentes políticos; o Projeto de Lei (PL) 3123, que trata de uma série de questões referentes ao teto remuneratório no serviço público; a PEC 555, que cuida do término gradual da cobrança de contribuição previdenciária em relação aos servidores aposentados; as medidas legislativas em tramitação que têm por objetivo dar fim ao pagamento do chamado abono de permanência, entre outras questões.

Também durante a reunião, decidiu-se que o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, passa a ser o novo responsável pela coordenação da Frente Associativa, a qual reúne cerca de 40 mil associados de entidades de classe de membros do Judiciário e do MP.

Já no dia 15 de outubro, o grupo voltou a se reunir, desta vez na sede da ANPT, em Brasília, tendo sido os trabalhos coordena-



Reunião realizada na sede da Anamatra



Reunião na sede da ANPT, em Brasília

dor pelo vice-presidente da entidade. Na ocasião, o grupo fez um balanço geral sobre a situação atual das referidas proposições legislativas e debateu o modo como serão enfrentadas as questões no Parlamento Brasileiro, estabelecendo estratégias concretas e conjuntas de atuação. **N**

Conselho Deliberativo da JUSPREV tem participação da ANPT

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 31 de agosto, da reunião dos Órgãos Colegiados da JUSPREV, em Curitiba-PR. Este foi o maior evento da instituição responsável pela previdência complementar privada dos membros de carreiras jurídicas de Estado, entre eles os de vários ramos do Ministério Público e do Poder Judiciário, tanto da União quanto de diversos Estados, além da Advocacia Pública estadual e Federal e dos auditores da Receita Federal do Brasil.

Ainda durante o encontro, foram eleitos novos membros para o Conselho Fiscal e, também, para o Conselho Deliberativo da Jusprev, passando a ANPT, por meio de seu presidente, a integrar este

último Conselho. Outras entidades de classe, como a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), além de instituições representativas de juizes do

Trabalho (Amatra's), entre outras, já solicitaram seus respectivos ingressos nos quadros da Jusprev, num total de cerca de 20 novas entidades, que pretendem se somar às 56 que atualmente já integram os órgãos colegiados. **N**



ANPT passou a integrar o Conselho Deliberativo da Jusprev

Conatrae discute PL sobre trabalho escravo com a presença de senador e participação da ANPT

A Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) promoveu, dia 06 de agosto, reunião ordinária na sede da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participaram do encontro, que contou também com a presença do senador José Medeiros (PPS-MT), relator do Projeto de Lei do Senado (PLS) 432, que dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizam a exploração de trabalho escravo e dá outras providências.

Sobre o assunto, o senador destacou que haverá bastante tempo para discutir a questão tratada no PLS no Senado Federal, nas comissões, e informou que esses debates não acontecerão de maneira conturbada. “O debate só leva a uma construção cada vez melhor e ele será aberto a todos que quiserem participar. Quero fazer essa discussão sem ideia preconcebida e não cabe ao relator chegar ali com uma proposta pronta e acabada”, disse.

O presidente da ANPT destacou a preocupação com a proposição legislativa, mais especificamente na parte em que ela busca discutir o próprio conceito de trabalho em condições análogas às de escravo. “De pouco adiantam os avanços obtidos por meio da chamada ‘PEC do Trabalho Escravo’ se for esvaziada, no âmbito for-



ANPT passou a integrar duas comissões no âmbito da Conatrae

mal, a conceituação do que é escravidão contemporânea, retirando-se o trabalho em condições degradantes desse conceito, como se fosse minimamente razoável admitir-se, em pleno século XXI, afronta tão vil à dignidade humana como a submissão a condições degradantes, o que coloca em xeque, inclusive, todo o reconhecimento internacional de que goza o Brasil no cenário mundial no combate ao trabalho em condições análogas às de escravo”, ressaltou.

Azevedo Lima lembrou, também, que o Brasil foi destaque na Conferência Internacional do Trabalho, em 2014, “atuando como verdadeiro líder nas discussões envolvendo quase 200 países e que culminaram com a edição de um Protocolo e uma Recomendação da OIT referentes à Convenção 29, que trata do trabalho forçado”. Ainda durante a reunião, diversos outros temas foram tratados, tendo sido deliberada a criação de duas comissões no

âmbito da Conatrae, já se decidindo também que a ANPT integrará formalmente ambas. A primeira delas será destinada a tratar do recebimento e da avaliação prévia de denúncias, com emissão de parecer para apreciação no plenário da Conatrae. Já a segunda fará uma reavaliação das normas e procedimentos da própria comissão, aí incluída toda a sua regulamentação.

No dia 3 de setembro, o vice-presidente da ANPT participou de outra reunião ordinária da Conatrae, ocasião na qual houve a apresentação de estudos da OIT sobre disponibilidade e qualidade de dados com potencial para apoiar a política de combate ao trabalho escravo no Brasil. Na ocasião, foram discutidas, ainda, as atuais condições de trabalho e o quadro deficitário de auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego e seus reflexos sobre a fiscalização do trabalho escravo, entre diversos outros temas. **N**

Diretoria do Sinasempu visita ANPT

No dia 03 de agosto, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, recebeu visita do diretor executivo do Sindicato Nacional dos Servidores do MPU e do CNMP (Sinasempu) Marcos Aurélio Moreira, e do diretor seccional do Rio de Janeiro do sindicato, Eurípedes Peixoto Guimarães Junior. O objetivo da reunião foi estreitar ainda mais os laços entre as categorias, além da busca de apoio da ANPT para alguns pleitos da classe, a exemplo do que diz respeito à ampliação do prazo concedido pela Administração para a compensação das horas não trabalhadas em relação ao período da greve de servidores.

O presidente da ANPT destacou a relevância da parceria constante entre os membros e servidores da instituição e enfatizou que “a ANPT não tem, como nunca teve, posicionamento con-

trário aos legítimos avanços e pleitos dos servidores do MPU”. Ele ressaltou, ainda, que o fortalecimento destes é de inegável importância para a instituição como um todo. **N**



Presidente da ANPT recebeu a visita dos diretores do Sinasempu

Empossado Rodrigo Janot como procurador-geral da República

Foi realizada, dia 17 de setembro, no Palácio do Planalto, a solenidade de posse que marcou a recondução de Rodrigo Janot ao cargo de procurador-geral da República, por mais dois anos. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da cerimônia. O evento contou com a presença da presidente da República, Dilma Rousseff, de membros do Ministério Público, do Judiciário, Ministros de Estado, parlamentares, representantes do Corpo Diplomático e autoridades em geral.

Durante seu discurso, Janot destacou que “a existência de um Ministério Público forte, bem estruturado e autônomo é fundamental para a defesa dos direitos de todos os cidadãos”. O PGR reafirmou o compromisso de fortalecer o diálogo institucional e os princípios republicanos, além de uma atuação baseada na impessoalidade, transparência e independência funcional. “A sociedade está amadurecida para compreender que, num Estado de Direito, as instituições devem funcionar de forma harmônica, observando um Ministério Público forte, estruturado e autônomo”, disse.

O Plenário do Senado aprovou a recondução de Janot, dia 26 de agosto, com 59 votos favoráveis, 12 contrários e uma abstenção. O presidente da ANPT e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, acompanharam a sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que teve duração de mais de 10 horas. Na CCJ, Janot teve 26 votos favoráveis e apenas 1 voto contrário. **N**



Rodrigo Janot durante seu pronunciamento na posse

Fotos: Antônio Augusto/Secom/PGR



Membros do MPT compareceram ao evento

Seminário debate igualdade de gênero e o mundo do trabalho

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 11 de agosto, do I Seminário Nacional de Inclusão da Mulher na Política e Igualdade de Gênero, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), em Brasília. Durante o evento, o procurador proferiu palestra sobre igualdade de gênero e o mundo do trabalho.

Ao longo de sua manifestação, Azevedo Lima chamou a atenção para o que ele caracterizou como “surreal”, que seria a necessidade de discussão, em pleno século XXI, da discriminação de gênero, inclusive nas relações laborais. Azevedo Lima apresentou algumas considerações sobre a atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT) em relação à temática e destacou que o Brasil tem compromisso formal, reconhecido inclusive perante a comunidade internacional, de atuar em defesa e na promoção de uma agenda do trabalho decente, que respeite a dignidade do trabalhador.

Sobre a discriminação de gênero, o presidente da ANPT falou que, se é verdade que no plano formal tem-se avançado bastante, inclusive por meio da criminalização de condutas discriminatórias, na prática o que se observa é que não se tem apresentado de forma tão profícua a constatação e a punição de circunstâncias como essas, por mais que se tenha de reconhecer os avanços nesta seara. O procurador apresentou

esclarecimentos detalhados a respeito da forma de atuação do MPT, principalmente no campo promocional, em relação ao combate à discriminação e na promoção da igualdade nas relações de trabalho.

O presidente da ANPT apresentou uma série de exemplos de atuações que se vem desenvolvendo e outras que podem e devem ser implementadas segundo sua ótica, ressaltando a relevância de se garantir a conciliação da igualdade de oportunidades com o respeito às diferenças, o que, segundo ele, “mostra-se fundamental para que possamos, efetivamente, construir uma sociedade mais justa, mais livre e mais solidária, fazendo com que isso não se limite a uma frase bonita ou até mesmo programática constante do texto constitucional”, finalizou.



Palestra foi proferida durante seminário promovido pela CNTC

Foto: Asecom/ANPT

Inclusão de pessoas com deficiência nas empresas de segurança é tema de audiência pública na Câmara

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados promoveu, dia 21 de outubro, audiência pública que discutiu a inclusão das pessoas com deficiência nas empresas de segurança. A subprocuradora-geral do Trabalho Maria Aparecida Gugel representou a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) no evento, que foi realizado em conjunto com as comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Seguridade Social e Família.

O foco do Projeto de Lei (PL) 6144/2013 é alterar o artigo 93 da Lei no. 8.213/91 e estabelecer que as empresas de segurança privada passem a cumprir a reserva de postos de trabalho (cotas) para pessoas com deficiência apenas em sua área administrativa. De acordo com a subprocuradora-geral, o projeto é inconstitucional, pois limita o direito das pessoas com deficiência escolherem livremente uma profissão ou um emprego, ferindo a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas



ANPT foi representada pela subprocuradora-geral do Trabalho Maria Aparecida Gugel

Foto: Alex Ferreira/Câmara dos Deputados

com Deficiência, que no Brasil tem estatura de norma constitucional.

A representante da ANPT ressaltou também que a proposta vai contra a Lei Brasileira de Inclusão, aprovada no Congresso este ano e que entra em vigor em janeiro de 2016, a qual veda qualquer restrição ao trabalho das pessoas com deficiência. Lembrou também que o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CONADE) há alguns anos recomendou à Polícia Federal fazer a adaptação de seus cursos de

formação em vigilância para pessoas com deficiência.

“Esse Projeto de Lei fere direitos, a dignidade da pessoa com deficiência. Se está havendo dificuldade em contratá-los, vamos encontrar uma outra maneira e não esta de restringir o direito ao trabalho, qualquer trabalho, qualquer ocupação”, disse a subprocuradora-geral. Ela apresentou, ainda, dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2014, que mostram que atualmente 2.652 pessoas com deficiência ou reabilitadas estão empregadas na ocupação de vigilante. **N**

XXI Congresso Nacional do Ministério Público tem participação da ANPT

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 06 de outubro, no Rio de Janeiro (RJ), da abertura do XXI Congresso Nacional do Ministério Público e a V Conferência Regional da *International Association of Prosecutors* (IAP). O evento foi promovido pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) em parceria com a Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (AMPERJ).

Cerca de mil pessoas participaram da abertura do Congresso, realizada no Theatro Municipal, no Centro



Congresso foi realizado no Rio de Janeiro

Foto: Ascom/Conamp

do Rio, entre as quais membros do Ministério Público do Brasil e do exterior, além de autoridades e convidados internacionais. Pela primeira vez promovido

no Rio de Janeiro, o congresso nacional teve como tema central “Os desafios e oportunidades do MP na era digital”.

Seminário em Campinas debate condições de trabalho na construção civil

Foi realizado, dia 05 de agosto, em Campinas (SP) o seminário “Alerta à Construção Civil: Mais Prevenção, Mais Vida”, promovido pelo Ministério Público do Trabalho da 15ª Região. O evento contou com a presença de cerca de 200 participantes, entre membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Judiciário trabalhista, da advocacia, entidades sindicais de patrões e empregados, peritos, estudantes, representantes da sociedade civil, entre outros. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade de abertura do seminário.

O evento discutiu dados alarmantes de acidentes e mortes nas obras, a importância dos protocolos de segurança individual e coletiva e as relações de trabalho na construção civil. Em sua manifestação durante a solenidade de abertura, o presidente da ANPT chamou a atenção para os números extremamente preocupantes envolvendo acidentes de trabalho no segmento econômico da construção civil.



Evento contou com centenas de participantes

“É imprescindível que intensifiquemos a cultura da prevenção, para o que há de se avançar na busca por melhor qualificação e aprofundamento de debates e, também, da especialização sobre a matéria, para o que eventos desta natureza se mostram de enorme valia”, disse. Ele

ênfaticamente, também, que “não há como se conceber uma realidade como a que se constata atualmente, com um número tão grande de trabalhadores sendo vitimados pelas precárias condições às quais são submetidos”, ressaltou o procurador. **N**

Curso debate os caminhos para a concretização dos direitos humanos

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 23 de setembro, da solenidade de encerramento do curso “O Ministério Público do Trabalho e a utopia: os caminhos para a concretização dos direitos humanos”, promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), em Brasília. O objetivo do evento foi apresentar propostas para a efetiva concretização dos Direitos Humanos.

Ao falar aos participantes do evento, o presidente da ANPT destacou a importância de realização do curso com a temática apresentada e ressaltou a relevância dos temas lá discutidos para que se busque avançar cada vez mais nos resultados a serem obtidos por meio da atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT) para a concretização dos direitos sociais. “Não podemos deixar, jamais, de atuar de maneira inovadora, ousando mesmo nesta atuação e sempre, claro, tendo como objetivo

maior o aprimoramento de nossa atuação na defesa e na promoção dos interesses da sociedade. Sonhamos juntos o Ministério Público do futuro, mas, para além disso, trabalhemos com afincamento para torná-lo realidade, para que nossa atuação reflita em efetivas melhorias nas condições de vida dos cidadãos”, destacou.



Membros do MPT de várias partes do Brasil participaram do curso

MPT e CSJT celebram Termo de Cooperação com a presença da ANPT

Fotos: Ascom/ANPT



Assinatura do Termo ocorreu no TST

Foi assinado, dia 23 de setembro, termo de cooperação técnica entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) para a implantação dos serviços de interoperabilidade entre o Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) e o Sistema MPT Digital no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho e das Procuradorias Regionais do Trabalho. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do evento, ao lado de diversos outros membros do MPT de várias partes do Brasil.

A partir de agora, de acordo com o termo assinado, as duas instituições devem, entre outras medidas previstas, assegurar a participação de magistrados, procuradores e servidores nas reuniões de trabalho a serem realizadas sobre o tema; compartilhar informações necessárias à comunicação entre os Sistemas PJe-JT e MPTDigital; manter a correspondência entre as versões publicadas e aquelas utilizadas internamente. Elas

devem, ainda, compartilhar informações necessárias à evolução dos serviços de interoperabilidade; divulgar no âmbito de sua atuação a agenda de implantação dos serviços; preparar e manter infraestrutura própria de Tecnologia da Informação e capacitar seus servidores; manter ambiente piloto funcional para testes de novas versões dos serviços de interoperabilidade entre o Sistema PJe-JT e o MPTDigital.

Para o presidente da ANPT, “este Termo celebrado representa um passo importantíssimo na atuação finalística dos membros do MPT, dado que poderá ser utilizado, doravante, o próprio sistema interno do Ministério Público – o MPT Digital – para que, sem se sair de tal sistema, peticionar, receber intimações e realizar outras atividades diretamente nos processos judiciais que tramitam eletronicamente, eliminando-se, com isso, rotinas burocráticas e otimizando, por conseguinte, a atuação dos membros do MPT, conferindo-lhe celeridade cada vez maior, o que é extremamente salutar”. **N**



Diretoria da ANPT e outros membros do MPT acompanharam a assinatura do Termo

CLUBE ANPT DE VANTAGENS

SBS Quadra 2 Bloco "S" Ed. Empire Center
Salas 1103 a 1108 11º andar,
Brasília/DF, CEP 70070-904
Fone: (61) 3325-7570 e Fax: 3224-3275
e-mail: anpt@anpt.org.br



O Clube ANPT de Vantagens oferece uma plataforma de convênios de modo a gerenciar, administrar e divulgar os benefícios obtidos pela Associação para todos os filiados da ANPT. A plataforma trará, sempre, novidades em âmbito nacional e, também, convênios firmados com empresas locais, em todas as partes do país.

Entre os convênios oferecidos pelo Clube ANPT de Vantagens estão cinemas, escolas, farmácias, universidades, clubes, academias, empresas aéreas, concessionárias, bancos, dentre vários outros.

Acesse a página eletrônica da ANPT, no endereço: www.anpt.org.br, e clique no tópico “Espaço do Associado”. Em seguida, clique em “Convênios ANPT” e desfrute das vantagens oferecidas pela Associação.

ANPT participa do projeto Trabalho de Todos da PRT-13

Foto: Eiel Lucena



Presidente da ANPT durante a abertura do seminário

João Pessoa (PB) foi sede, entre os dias 21 e 25 de setembro, do projeto “Trabalho de Todos”, que consiste numa iniciativa do Ministério Público do Trabalho (MPT) na Paraíba, em parceria com dezenas de outras instituições. Durante a programação desta edição do projeto, realizada na capital paraibana, foi realizado seminário intitulado “Direito do Trabalho e Realidade”, que ocorreu nos dias 21 e 22 de setembro. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do evento, que teve entre seus objetivos o de identificar os problemas mais críticos relacionados à seara trabalhista, com propostas imediatas de soluções coletivas das demandas. O procurador foi, também, palestrante no seminário.

Na abertura do evento, Azevedo Lima ressaltou a relevância do projeto e destacou a importância da atuação concatenada de

tão grande número de instituições, entidades e órgãos, todos voltados para que seja dada maior eficácia e resultados mais significativos na defesa de tão relevantes direitos. Ele destacou, também, os temas que seriam discutidos durante o seminário, que, segundo ele, “têm um objetivo que vai muito além de meros debates de teses acadêmicas, não se estando a tratar de questões debatidas por mero diletantismo teórico e doutrinário, o que sem dúvida nenhuma teria sua relevância, mas ganha uma dimensão muito maior por ser voltada para o aprofundamento de busca por soluções para questões que têm relação direta com a atuação cotidiana do MPT e dos órgãos parceiros que participam deste importante projeto, que é o Trabalho de Todos”.

Na terça-feira, 22/09, o presidente da ANPT foi palestrante em painel que abordou a responsabilização da cadeia produtiva nas práticas ilícitas trabalhistas. A apresentação do procurador baseou-se, em geral, em questões como a vulnerabilidade laboral, a cadeia produtiva e a imprescindibilidade de responsabilização dos elos dessa cadeia, o tratamento da questão no âmbito da seara internacional e em especial na Organização Internacional do Trabalho (OIT), as medidas voltas para dar maior efetividade ao combate à escravidão contemporânea, inclusive com utilização da Análise Econômica do Direito (AED) e de ferramentas fornecidas pelo Direito Econômico e outras ciências, o papel do consumidor e do cidadão em geral no combate às ilicitudes trabalhistas, entre outras questões. **N**

Legislativo homenageia 10 anos da PTM de Campina Grande

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 28 de setembro, na Câmara Municipal de Campina Grande (PB), de solenidade comemorativa em alusão aos 10 anos de atuação daquela Procuradoria do Trabalho no Município (PTM). No mesmo dia, foi também realizada a solenidade de lançamento da pedra fundamental que marca o início das obras das novas instalações da PTM.

Considerada uma das cidades mais importantes do interior do Nordeste e situada a 120 Km de João Pessoa, Campina Grande foi escolhida como polo para a instalação da primeira PTM na Paraíba. A Procuradoria foi instalada com o objetivo de aproximar a Procuradoria Regional do Trabalho da 13ª Região da população do interior do Estado, inicialmente com uma área de abrangência que envolvia cerca de 100 municípios.

Durante a sessão especial em comemoração à data realizada pela Câmara Municipal, o presidente da ANPT ressaltou a relevância da homenagem, destacando que isso se dava não apenas em razão do decurso de uma década de atuação, mas acima de tudo pelo importante trabalho que se desenvolve no âmbito da PTM de Campina Grande “na defesa dos interesses sociais, na busca por garantia da dignidade do trabalho e dos interesses mais caros da sociedade, não apenas naquela cidade, polo econômico de toda uma região, mas também em várias dezenas de municípios abrangidos pela atuação de excelência que é lá desenvolvida”. **N**



10 anos de atuação da PTM de Campina Grande

Foto: CM/PB



Lançamento da pedra fundamental da nova sede da PTM

Foto: MPT/PB

Nova sede do MPT-RJ é inaugurada com a presença da ANPT

Cerca de 200 pessoas, entre procuradores, servidores, juízes, auditores-fiscais, autoridades em geral e convidados dos mais diversos segmentos da sociedade participaram da inauguração na nova sede do Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro (MPT-RJ), dia 19 de agosto. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, esteve presente na solenidade, na qual foi apresentado oficialmente o novo edifício, que fica localizado na Rua Santa Luzia, n. 173, no centro da capital fluminense.

Para o presidente da ANPT, a inauguração da nova sede do MPT no Rio de Janeiro representa uma conquista de imensurável relevância, “ainda mais considerando toda a luta empreendida ao longo de mais de uma década por abnegados procuradores e servidores do MPT, tanto do Rio quanto em âmbito nacional, para conseguir assegurar a concretização desse sonho que agora se torna realidade”, destacou.



Solenidade foi prestigiada por diversas autoridades

Foto: Ascom/MPT-RJ

Durante a cerimônia, diversos servidores que participaram de todo o processo para aquisição e reforma do prédio receberam homenagem da Instituição. **N**

MPT-MT inaugura nova sede em Cuiabá

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Mato Grosso inaugurou, dia 13 de agosto, a sua nova sede, localizada em Cuiabá. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do evento, que marcou, também, a recondução do procurador-chefe do MPT naquele Estado, Fabrício Gonçalves de Oliveira.



Evento marcou também a recondução do procurador-chefe da Regional

Foto: Ascom/PRT-23

“Se o MPT atua de forma enfática, e é imprescindível que o faça, cobrando dos outros órgãos e instituições um meio ambiente do trabalho adequado, também precisa dar condições de trabalho adequadas dentro de sua casa e, por isso, precisamos destacar que este prédio que ora se inaugura atende a esse objetivo com louvor, por propiciar aos membros, servidores, terceirizados e estagiários e, de forma especial, aos cidadãos que aqui comparecem para se valer da atuação do MPT, um ambiente saudável e seguro”, disse o presidente da ANPT.

“Parabéns ao MPT e à PRT da 23ª Região, parabéns ao procurador-chefe que hoje é reconduzido e a todos que colaboraram, mas, acima de tudo, parabéns às sociedades cuiabana e mato-grossense, que passam a contar com essas novas instalações, com condições ainda mais adequadas para prestar um serviço cada vez melhor para a população na defesa e na promoção dos direitos sociais”, concluiu Azevedo Lima. **N**

PTM de Guarulhos é inaugurada com a presença da ANPT

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 24 de setembro, da inauguração da nova sede do Ministério Público do Trabalho (MPT) em Guarulhos-SP. Na ocasião, Azevedo Lima falou da satisfação em participar da abertura de novas instalações da instituição e ressaltou a importância do evento em que se entregava à sociedade a nova sede da Procuradoria no Município de Guarulhos, que representa um grande passo para a instituição na



ANPT presente na inauguração da PTM

Foto: Ascom/MPT-SP

região metropolitana de São Paulo no seu trabalho dedicado à defesa e à promoção dos direitos sociais.

O procurador destacou a relevância do trabalho desempenhado pelo MPT, espe-

cialmente em algumas frentes de atuação, como no combate ao trabalho escravo e infantil, à exploração sexual de crianças e adolescentes, assim como no combate às fraudes trabalhistas. Ele citou, também, o trabalho da instituição no combate às irregularidades na Administração Pública e à discriminação nas relações de trabalho.

Azevedo Lima destacou, ainda, que todas essas searas de atuação encontram relevantes exemplos no trabalho desempenhado no âmbito da PTM de Guarulhos, tendo ilustrado com a menção a atuações emblemáticas daquela unidade do MPT. **N**

ANPT participa da posse do novo procurador-chefe do MPT em SP

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 27 de outubro, da solenidade de posse do novo procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT) em São Paulo, Erich Vinicius Schramm. Ele ficará à frente da Regional paulista pelos próximos dois anos.

Durante a cerimônia, Azevedo Lima lembrou a importância da atuação dos membros da Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) da 2ª Região, ainda mais considerando toda a atividade econômica na região, sendo a cidade de São Paulo uma metrópole mundial há muito tempo e estando entre as 10 cidades mais ricas do planeta, sem se olvidar, ademais, que a área de atuação da Regional também abrange os maiores porto e aeroporto da América Latina, em Santos e Guarulhos, respectivamente. Reportando-se às peculiaridades da atuação local, o dirigente associativo destacou diversas atuações da PRT-2, abrangendo variadas searas, as quais, segundo ele, “representam atuações paradigmáticas para o MPT e para a sociedade, e isso em todo o Brasil”.



Posse aconteceu no auditório do MPT em São Paulo

Foto: Ascom/MPT-SP

“Parabéns à gestora que conclui sua administração com a inegável e mais que merecida certeza do dever cumprido, ao novo gestor e aos seus amigos e familiares presentes, à PRT-2, mas, acima de tudo, às sociedades paulista e paulistana, que continuarão a poder contar com uma Procuradoria Regional do Trabalho atuante no combate às irregularidades trabalhistas e na defesa e na promoção dos direitos sociais”, concluiu Azevedo Lima. **N**

Empossado novo procurador-chefe do MPT na Bahia

Foi realizada, dia 13 de outubro, a solenidade de posse do procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT) na Bahia, Alberto Bastos Balazeiro. O evento, promovido na sede do MPT no Estado, contou com a presença do vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa, do procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, além de autoridades do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, advogados, sindicalistas, empresários, servidores públicos e representantes de diversos ramos do Ministério Público. Também foram empossados, na ocasião, outros oito procuradores, que passam a compor a direção do órgão no estado.

O vice-presidente da ANPT, durante sua manifestação, fez um amplo retrospecto da atuação de Balazeiro no Ministério Público do Trabalho e na chefia da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região. “Conheci Alberto em 2012, por ocasião da nossa eleição para a Diretoria da ANPT. Antes disso, já ouvira ótimas referências acerca da sua competência e do seu profissionalismo, o que pude

constatar na nossa convivência durante a gestão associativa, interrompida em razão da sua posse para procurador-chefe em outubro de 2013. Desde então, tenho acompanhado a excelência do seu trabalho, que apresentou resultados concretos para o fortalecimento do Ministério Público do Trabalho na Bahia”, disse. **N**



Vice-presidente da ANPT durante seu pronunciamento

Fotos: Ascom/MPT-BA

Campanha de combate à corrupção tem apoio da ANPT

Está disponível, na página eletrônica da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), banner da campanha promovida pelo Ministério Público Federal (MPF) intitulada “10 medidas de combate à corrupção”, por meio do qual é possível colaborar com a coleta de assinaturas para os Projetos de Lei (PLs) de iniciativa popular que dispõem sobre propostas legislativas para aprimorar a prevenção e o combate à corrupção e à impunidade. As medidas estão consolidadas em 20 anteprojetos de lei e buscam, entre outros resultados, evitar a ocorrência de corrupção (via prestação de contas, treinamentos e testes morais de servidores, ações de marketing/conscientização e proteção a quem denuncia a corrupção).

De acordo com o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, “é imprescindível a participação efetiva e o engajamento dos membros do MPT na campanha, até porque os procuradores do Trabalho do Brasil inteiro desenvolvem, cotidianamente, atuação importantíssima no combate à corrupção, a qual se liga umbilicalmente às fraudes trabalhistas que são combatidas exemplarmente pelos membros da instituição”. Ainda segundo ele, “não podemos olvidar, principalmente, que combater a corrupção, em todas as suas formas, significa defender os interesses mais caros de toda a sociedade, a quem se destina, lembremos sempre, a atuação dos membros do Ministério Público”. **N**

Fórum Nacional de Combate à Corrupção reúne-se em Brasília com presença da ANPT

Foi lançado, dia 23 de setembro, o Fórum Nacional de Combate à Corrupção (FNCC), o qual tem a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) como uma das entidades

integrantes. O evento aconteceu no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF), e contou com a presença do

presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, além de representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT), e de diversos outros ramos do Ministério Público, tanto da União quanto dos Estados, do Ministério da Justiça, de entidades da sociedade civil, do Tribunal de Contas da União, da Controladoria-Geral da União e de diversos outros órgãos e instituições.

O objetivo do encontro, além de lançar oficialmente o FNCC, foi o de desenvolver e organizar o plano de trabalho do grupo para o próximo ano. O fórum, constituído por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 101/2015, tem a missão de articular a atuação de todo o Ministério Público brasileiro na prevenção e repressão aos atos de corrupção. **■**

Foto: Ascom/CNMP



ANPT é integrante do Fórum

Empossado novo procurador-chefe do MPT na Paraíba com a presença da ANPT

Foi empossado, dia 27 de outubro, o novo procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT) na Paraíba, Paulo Germano Costa de Arruda. O evento aconteceu no auditório da Procuradoria Regional do Trabalho da 13ª Região, em João Pessoa, e contou com a presença do vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa.

Durante seu discurso, o vice-presidente da ANPT elogiou a atuação do MPT na Paraíba, destacando ações inovadoras do órgão. “A PRT-13ª Região apresenta uma história de muita luta em defesa da ordem jurídica trabalhista e de promoção dos direitos sociais dos trabalhadores paraibanos. As dificuldades de estrutura e de pessoal, hoje um pouco menores do que no passado, nunca foram empecilho para que os membros do MPT na Paraíba desempenhassem com zelo, dedicação e comprometimento suas funções e apresentassem resultados concretos à sociedade paraibana”, disse o procurador.

Farias da Costa ressaltou, ainda, atuações e qualidades do novo procurador-chefe. “O Dr. Paulo Germano Costa de Arruda, desde o seu ingresso na instituição em 2003, sempre se mostrou um procurador zeloso, competente, diligente, dedicado e defensor da ordem jurídica trabalhista e dos direitos dos trabalhadores. Decisões favoráveis em ações contra assédio moral em grandes grupos supermercadistas, contra cobrança abusiva de contribuições sindicais, contra irregularidades trabalhistas na administração pública, contra coações e descontos irregulares na remuneração de empregados, dentre outras, que detêm a

assinatura do nosso Procurador-Chefe, demonstram o preparo jurídico e a competência profissional do colega”, afirmou.

O novo procurador-chefe da Paraíba falou sobre a corrupção na administração pública, ressaltando que nunca se combateu tanto este tipo de crime no Brasil, e a importância da atuação do Ministério Público do Trabalho para o combate a essa chaga, especialmente no que diz respeito ao excesso de cargos comissionados na Administração Pública. Ele informou que fará uma gestão transparente para dar a sua contribuição para um País melhor. “É com esse compromisso que assumi a Procuradoria do Trabalho, para dar a minha contribuição para o saneamento e o aperfeiçoamento da administração pública, para que tenhamos um País onde todos os seus filhos tenham igualdade de oportunidades”, concluiu. **■**



Vice-presidente representou a ANPT na posse

Foto: Ascom/MPT-PB

ANPT participa da posse dos novos conselheiros do CNMP

Fotos: Ascom/ANPT



Posse aconteceu no auditório da PGR

O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa, participou, dia 18 de agosto, da solenidade de posse dos novos

conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que aconteceu no auditório da Procuradoria Geral da República, em Brasília. Entre os novos integrantes



Otávio Brito Lopes é o representante do MPT no CNMP

do Conselho está o subprocurador-geral do Trabalho Otávio Brito Lopes, que é o representante do Ministério Público do Trabalho (MPT) no CNMP. **N**

Conselheiros do CNMP são homenageados pela ANPT

No dia 29 de julho, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), em parceria com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) e com a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR),

prestou homenagem aos conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que concluíram seus mandatos. O subprocurador-geral do Trabalho Jeferson Coelho, representante do Ministério Público do Trabalho (MPT) no Conselho

nos últimos 4 anos, foi um dos homenageados. Além do representante do MPT, finalizaram seus mandatos também os conselheiros Alessandro Tramuja, Jarbas Soares, Alexandre Saliba e Leonardo Duarte.

NOVOS MEMBROS

Em 2015, devido à conclusão de segundo mandato, quatro vagas do CNMP tiveram de ser obrigatoriamente renovadas, duas destinadas aos MP's dos Estados, uma do MPT e a vaga destinada à indicação pela Câmara dos Deputados. Os cargos que são indicados pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal também receberam novos representantes. Os demais conselheiros foram reconduzidos para mais dois anos de atuação no âmbito do CNMP. **N**

Foto: Ascom/Conamp



Entidades de classe do MP homenagearam os conselheiros

Comissão Julgadora do Prêmio CNMP 2015 reúne-se para julgar projetos finalistas

No dia 23 de setembro, foi realizada a 2ª reunião da Comissão Julgadora do Prêmio CNMP 2015. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do encontro,

que aconteceu no plenário do Conselho, em Brasília.

O Prêmio CNMP é coordenado pela Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), presidida atualmente

pelo conselheiro Orlando Rochadel. O objetivo da premiação é prestigiar programas e projetos do Ministério Público que mais se destacaram na concretização do Planejamento Estratégico Nacional e no alinhamento com os objetivos definidos.

27º ENPT

ENCONTRO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO
22 a 25 de outubro | Club Med Trancoso, BA



Trancoso recebe centenas de participantes do 27º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho

Foto: Ascom/ANPT



Presidente da ANPT saudou os participantes do evento

Mais de 500 pessoas, entre filiados da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), familiares e amigos participaram do 27º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT), realizado entre os dias 22 e 25 de outubro, no Club Med Trancoso, localizado no litoral sul da Bahia. O evento foi promovido pela ANPT e teve como objetivo propiciar momentos de maior interação e sociabilidade entre os seus participantes.

Durante a solenidade de abertura, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, ressaltou que a contínua escolha da Bahia como sede de ENPTs demonstra o quão aprazível é o destino, razão pela qual o retorno ao Estado tem se dado de maneira tão constante. Ele ressaltou que o perfil do evento, mais voltado para o conagraçamento, tem também inegável relação direta com a atuação funcional dos membros, “até por propiciar um estreitamento de laços cada vez maior entre os integrantes desta instituição que é nacional e, com isso, reflete positivamente em nossa atuação cotidiana, propiciando que a otimizemos, de modo a prestar um serviço cada vez melhor à sociedade, efetiva destinatária de toda a nossa atuação”.

Ainda de acordo com o procurador, a união demonstrada no evento não apenas entre os membros do MPT, mas também, e de forma especial, de todo o Ministério Público brasileiro, leva a que se dê concretude, no plano fático, ao que poderia ser tido por alguns como um conceito abstrato, que é o princípio da unidade do Ministério Público.

“É essa unidade, refletindo numa atuação conjunta, concatenada e estratégica, que nos propicia a que busquemos não apenas avanços, mas também evitar inúmeros retrocessos

cujas tentativas têm sido observadas nos últimos tempos, como em proposições e decretos legislativos, portarias ministeriais, entre outros meios”. Segundo ele, esses retrocessos não afrontam apenas os direitos e as prerrogativas dos membros do MP, mas, por meio da busca do enfraquecimento dessa importante carreira jurídica de Estado, prejudica-se enormemente toda a sociedade.

Ao falar aos participantes do evento, o chefe de gabinete do procurador-geral do Trabalho, Sebastião Caixeta, que no ato representou o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, disse que traria uma

mensagem do chefe do MPT desejando um excelente evento ao Colégio de Procuradores. Ele aproveitou a oportunidade, ainda, para fazer uma rápida prestação de contas desse início de gestão institucional, elencando uma série de informações envolvendo atos desempenhados pela administração do MPT. Caixeta reforçou ainda o trabalho de parceira com a ANPT em questões que envolvem o Congresso Nacional, principalmente em temas de grande relevância em âmbito nacional e destacou algumas matérias nas quais já se obteve êxito nesses últimos meses.

O procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) da Bahia, Alberto Bastos Balazeiro, por sua vez, deu boas-vindas à Bahia, falou da satisfação em ser o Estado mais uma vez o anfitrião do ENPT e desejou um excelente evento aos participantes.

Compuseram a mesa de honra da solenidade, também, o senador Eduardo Amorim, os conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) Otávio Brito Lopes – representante do MPT no CNMP - e Antonio Duarte, o corregedor-geral do MPT, Mauricio Correia de Mello, a ouvidora-geral do MPT, Heloisa Maria Moraes Rego Pires, a procurador-geral de Justiça Adjunta do Estado da Bahia Sara Mandra Moraes Rusciollelli, representando o procurador-geral de Justiça Márcio José Cordeiro Fabel, os presidentes da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Angélica Cavalcanti, da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho Cavalcanti, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Militar (ANMPM), Giovanni Rattacaso, e da Associação dos Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), Elisio Teixeira Neto. **■**